



**DEPARTAMENTO DE LETRAS E EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

PALMIRA NUNES PEREIRA

**GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA: UM
OLHAR SOBRE A PARTICIPAÇÃO POPULAR**

**GUARABIRA-PB
2011**

PALMIRA NUNES PEREIRA

**GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA: UM
OLHAR SOBRE A PARTICIPAÇÃO POPULAR**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB-Campus III, em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do grau de Licenciado (a) em Pedagogia.

Orientador: Prof^o Ms. José Otávio da Silva

GUARABIRA-PB
2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

P436g

PEREIRA, Palmira Nunes

Gestão democrática na escola pública: um olhar sobre a participação popular / Palmira Nunes Pereira. – Guarabira: UEPB, 2011.

37f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Ms. José Otavio da Silva”.

1. Gestão Democrática 2. Autonomia 3. Educação
I. Título

22.ed. 371.207

PALMIRA NUNES PEREIRA

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA: UM OLHAR SOBRE A PARTICIPAÇÃO POPULAR

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB-Campus III, em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do grau de Licenciado (a) em Pedagogia.

Aprovada em: 06 / 12 / 2011

BANCA EXAMINADORA;



Prof. Ms. José Otávio da Silva - (UEPB))
(Orientador)



Prof. Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira - (UEPB)
(Examinadora)



Prof. Ms. Luciana Silva do Nascimento - (UEPB)
(Examinadora)

GUARABIRA/PB
2011

À meu esposo Severino e meus filhos
Thaisa Karine e Thallyson Karan.

Dedico

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pela oportunidade e pelo privilégio que me foi dado em compartilhar tamanha experiência e, ao freqüentar este curso.

A minha família pela paciência em tolerar a minha ausência.

Ao meu orientador Ms. José Otávio da Silva pelo incentivo e presteza no auxílio as atividades e discussões sobre o andamento e normatização desta monografia de conclusão de curso.

As Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira e Ms. Luciana Silva do Nascimento pela força e incentivo que sempre me deram, pelo seu espírito inovador e empreendedor na tarefa de multiplicar seus conhecimentos.

Aos demais professores pelo carinho, dedicação e entusiasmo demonstrado ao longo do curso.

Ao Diretor Belarmino Mariano Neto, que com sua simplicidade, humildade e simpatia soube conquistar a todos,

A todos idealizadores, coordenadores e funcionários da UEPB Campus III – Guarabira.

As minhas colegas de classe pela espontaneidade e alegria na troca de informações e materiais numa rara demonstração de amizade e solidariedade.

As minhas amigas da escola Estadual Edgardo Júlio pelo apoio que me deram durante os quatro anos de curso.

Gestão educacional corresponde ao processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para implementação das políticas educacionais e projetos pedagógico das escolas comprometido com os princípios da democracia [...]

(LÜCK, 2008, p.35)

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo discorrer sobre o papel da gestão de políticas públicas voltadas para a educação. Trata-se de uma abordagem histórica e analítica fundamentada nos pressupostos teóricos de autores cuja linha de pensamento se relaciona em especial com a educação como fator de inserção social, e construtor de novos modelos de uma prática assertiva de envolvimento mútuo em gestão escolar democrática. A partir desses conceitos buscamos apreender e ao mesmo tempo estimular à análise crítica no sentido de se realizarem esforços por parte de coletivos de pesquisadores afim de atuar na mudança dessa realidade da educação brasileira. Outro aspecto que pretendemos destacar é a questão da construção de formas de participação de todos os segmentos da escola na gestão educacional. Para tal buscaremos exemplos de ações institucionalizadas que impliquem em participação, a exemplo do PPP (Projeto Político Pedagógico), pois estas podem contribuir para o avanço da cultura da participação, que resulta no desenvolvimento de melhorias no campo educacional. Enfatizamos no entanto que tais ações rumo a uma consolidação de um avanço no âmbito da gestão escolar não é um processo espontâneo e fácil, antes porém, está diretamente relacionado ao permanente esforço humano de participação e coletividade rumo a construção de uma educação de qualidade.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Educação. Autonomia. Participação.

ABSTRACT

To present monograph he/she has as objective discourse on the paper of the administration of public politics gone back to the education. It is a historical and analytic approach based in the authors' theoretical presuppositions whose thought line especially links with the education as factor of social insert, and manufacturer of new models of an assertive practice of mutual involvement in democratic school administration. To leave of those concepts we looked for to apprehend and at the same time to stimulate to the critical analysis in the sense of if they accomplish efforts on the part of kindred buses of researchers of acting in the change of that reality of the Brazilian education. Another aspect that we intended to highlight is the subject of the construction in ways of participation of all the segments of the school in the educational administration. For such we will look for examples of actions institutionalized that imply in participation, to example of PPP (Project Political Pedagogic), because these can contribute to the progress of the culture of the participation, that results in the development of improvements in the educational field. We emphasized however that such actions heading for a consolidation of a progress in the ambit of the school administration are not a spontaneous and easy process, before even so, it is directly related to the permanent effort participation human and collective heading for construction of a quality education.

Word-key: Democratic administration. Education. Autonomy. Participation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 CONCEPÇÕES HISTÓRICAS EM TORNO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA	12
1.1 Um Breve histórico sobre a política educacional e suas novas perspectivas para gestão educacional	12
1.2 Gestão Democrática da Educação: novos tempos, desafios e compromissos	14
1.3 Políticas Públicas com ênfase na Gestão Democrática	16
2 GESTÃO DEMOCRÁTICA PARTICIPATIVA: UM SONHO POSSÍVEL	18
2.1 Princípios e característica da gestão escolar participativa.....	18
2.2 Democracia e participação vivenciadas no âmbito educacional.....	22
2.3 PPP (Projeto Político Pedagógico) uma construção coletiva.....	24
2.4 As novas perspectivas da gestão democrática para um ensino de qualidade.....	25
3 CAPITULO III – UM OLHAR SOBRE O PAPEL DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA	28
3.1 Considerações metodológicas da pesquisa.....	28
3.2 O papel social da escola	28
3.3 Autonomia na gestão escolar	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	36

INTRODUÇÃO

Esta monografia tem como objetivo principal estabelecer uma discussão e análise sobre as políticas públicas educacionais, especialmente da gestão democrática no cenário brasileiro, tendo em vista as mudanças que se processaram na política educacional nos últimos anos, decorrentes das transformações que caracterizam o acelerado processo econômico do capitalismo mundial a exemplo da globalização, dos avanços tecnológicos e científicos, as modificações no mundo trabalho, do conhecimento e o acesso a informação que chega com uma velocidade desenfreada entre outros.

Esse novo paradigma escolar tem ocasionado impactos profundos em toda a sociedade, isto significa dizer, que a escola deve ressignificar o seu papel social com uma postura em torno da gestão democrática com atitudes, posicionamentos e decisões diante da realidade contemporânea, objetivando desta forma acompanhar as transformações deste novo mundo globalizado sem perder sua característica básica de inserção social. Neste sentido, faz-se necessário um direcionamento para as políticas públicas educacionais que priorizem essa busca constante por um processo de ensino-aprendizagem de qualidade.

Vale ressaltar que o interesse pelo tema decorreu da experiência que tive na atuação como gestora em uma escola pública da rede estadual por um período de quatro anos, por vivenciar na prática essa realidade que se configura o enfoque das políticas públicas educacionais, principalmente em torno da gestão democrática, assim como das leituras e discussões do componente curricular Gestão Educacional I e Estágio em Gestão. A partir disto senti a necessidade de aprofundar meus conhecimentos teóricos, por esse motivo optamos por uma metodologia que levasse em consideração os aspectos qualitativos com base na consulta da pesquisa bibliográfica.

O presente trabalho fundamenta-se nas proposições estabelecidas por diferentes autores da área de educação como Libâneo (2008), Lück (2008), Ferreira (2006), Veiga (1991), Sander (2009) entre outros. Apesar de suas características particulares, de forma geral os autores fazem uma referência substancial a respeito da implantação efetiva de políticas públicas educacionais, focadas essencialmente na participação de toda a sociedade, ultrapassando os limites das perspectivas

financeiro-administrativas, entendendo que só através da participação coletiva de alunos, professores, gestores, e comunidade em geral, será possível visualizar e contextualizar a educação de um povo, desenvolvendo estratégias educacionais relevantes e satisfatórias para um ensino de qualidade.

Estruturalmente dividimos o trabalho em três capítulos, além desta introdução e considerações finais. Num primeiro momento buscamos ressaltar os aspectos históricos, conceitos e abordagens a cerca do processo educacional no Brasil, explicitados no primeiro capítulo. Na seqüência discorreremos sobre o papel das políticas públicas voltadas para educação, suas características e princípios para uma gestão democrática eficaz no âmbito da formação escolar, o papel decisivo da participação da equipe escolar nesse processo, como também o envolvimento de todos: pais, alunos, passando pelos professores, gestores e enfim a comunidade em geral. Por fim, no terceiro capítulo fazemos uma análise a respeito do papel social da escola na formação do indivíduo e, por conseguinte o seu papel como agente modificador da sociedade, quais as dificuldades enfrentadas em busca da adaptação às novas realidades de um mundo globalizado, as perspectivas e objetivos futuros, com ênfase na autonomia escolar, modelo que inserida no contexto das políticas públicas é responsável direta pelo desenvolvimento de todo processo de construção educacional.

Concluimos o presente estudo com a firme convicção de que o processo de gestão educacional relacionado às políticas públicas dever ser um alvo permanente de pesquisa, análise, e construção de saberes, pois entendemos que apenas através destes é possível direcionar ações verdadeiramente significativas que façam da educação o alicerce imprescindível para a construção de uma sociedade mais justa e melhor.

1 CONCEPÇÕES HISTÓRICAS EM TORNO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

1.1 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A POLÍTICA EDUCACIONAL E SUAS NOVAS PERSPECTIVAS PARA A GESTÃO EDUCACIONAL

O cenário educacional no Brasil revela os traços dos quais emergiram o debate em torno das políticas públicas, principalmente sobre a gestão escolar no âmbito nacional com ênfase no progresso da educação básica, isto advém de uma ação que se desenvolveu através de conjecturas, articulações e concepções no panorama político, todas em pról do sistema de ensino. Dessa forma, o desenvolvimento da educação brasileira tem ocorrido com impasses, limites e desafios no decorrer de sua trajetória histórica, com marcos que enfatizam o tipo de política educacional que é desenvolvido no país.

Para entender tal situação precisamos recordar os primórdios do processo de educação no país. Assim como em outras realidades a questão educacional emerge como um tema problematizado no bojo da própria estruturação do Estado-Nação condicionada pelas marcas conservadoras inerentes a esse processo.

As hegemonias que incentivaram o movimento da independência nacional apesar de alguns pontos divergentes, comungavam do mesmo pensamento do período colonial quanto ao interesse pela emancipação. O objetivo era, sobretudo libertar as atividades produtivas do domínio metropolitano sem alterar as estruturas socioeconômicas. Libertadas do domínio Português, as estruturas coloniais foram preservadas pela monarquia, implicando o fortalecimento dos mecanismos de dominação do poder privado.

Como reflexo desse processo podemos citar a própria Constituição de 1824 (artigo 179, apud Barcelos, 1933:268) em que afirmava: “A inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império”.

Apesar da referida afirmação, ressalte-se que os valores predominantes à época eram de uma cultura totalmente escravagista, forjada há séculos, na qual o escravo era tratado como “coisa” e propriedade sequer considerado brasileiro, muito

menos cidadão. Assim percebemos que apesar da passagem dos séculos, continuou enraizada a idéia discriminatória quanto à educação das massas no país.

Com a chegada do século XX as mudanças se deram a princípio em função dos aspectos socioeconômicos, com o surgimento da chamada classe média, que começava a se delinear com mais clareza, a classe do operariado passa a se mobilizar e fazer reivindicações pelos seus direitos. Nesse contexto é que a educação passou a ser problematizada como uma questão nacional.

As iniciativas da Primeira República foram modestas, criaram-se as universidades, mas a estrutura dual do sistema de ensino permaneceu. O princípio federalista, descentralizador, manteve o ensino primário público como de responsabilidade dos estados, mas não se registram ações estaduais significativas visando a escolarização em massa. A questão da educação voltada de fato para o grande público vem à tona a partir da primeira guerra mundial, destacando o papel fundamental da classe média responsável pelas articulações dos interesses educacionais da população, com a possibilidade de influenciar a política setorial estabelecida pelo Estado a partir dos anos 30.

Na verdade, a questão educacional no Brasil vem tornando-se cada vez mais um campo alvo de políticas públicas, especificamente por causa das características que moldaram o seu processo de modernização e desenvolvimento. A predominância de um domínio e poder autoritário das elites brasileiras que detinham o monopólio no período colonial, permaneceram entranhados na nossa cultura, por isso é comum nos depararmos com descrições autoritárias daqueles que presidem as relações sociais do nosso país, fruto de um processo que se difundiu e vem perpassando gerações.

É o que aponta Azevedo (2008, p.17) ao explicitar que:

Dessa perspectiva, busca-se estabelecer o nexo entre o universo cultural e simbólico próprios do país, as definições e rumos das políticas públicas de educação e a persistência de um padrão educacional excludente e seletivo, que acaba por negar, ainda hoje, o direito à escolarização básica de qualidade à grande parte da população.

Segundo a autora, é possível percebermos o descaso com a educação, principalmente quanto às classes menos favorecidas, na medida em que tentam instituir uma coerência com o perfil educacional ideal e as realidades sociais do nosso país. A partir desse contexto, podemos apreender o sentido real que

direcionam as políticas públicas de educação efetivada nas escolas públicas brasileiras, quando continuam a desempenhar um modelo educacional que não contempla todos que necessitam de uma escola e uma educação de qualidade com ensino humanizado.

Apesar do discurso que a educação é para todos, ainda nos defrontamos com lugares que negam o direito constitucional básico de educação às pessoas, este contexto social demonstra de forma transparente o emblema da realidade do país que se configura e que se assenta nas crises dos paradigmas sociais.

1.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO: NOVOS TEMPOS, DESAFIOS E COMPROMISSOS

A educação com o passar dos anos tornou-se uma área específica do conhecimento com características próprias e com várias derivações, todas focadas na concepção de que além de instrumento de inclusão social, ela é a responsável direta pelo desenvolvimento de uma Nação. Assim alguns conceitos passam a ser utilizados como referencial de entendimento nesse estudo. Segundo Bordignon e Gracindo (2001, p.147), a gestão da educação é entendida como “o processo político-administrativo contextualizado, através do qual a prática social da educação é organizada, orientada e viabilizada”. Nesse sentido, as políticas públicas voltadas para a educação, constituem-se na manifestação do Estado para a aplicação das Leis estabelecidas na Constituição Federal através de ações de gestão e organização educacional.

Ao se pensar em gestão democrática estamos relacionando à gestão em âmbito macro à partir dos órgãos superiores do sistema de ensino, e em âmbito micro à partir das escolas, de modo que gestão educacional estabelece direcionamento e mobilização capazes de sustentar e dinamizar o modo de ser e de fazer do sistema de ensino e das escolas.

No início da década de 90, no século passado, uma maior ênfase se deu em torno das questões da gestão educacional, com pensamentos e ideais que ultrapassavam a visão estreita, limitada, de administração comum aos demais órgãos públicos. O elemento principal passou a ser o próprio ser humano, com sua energia e talento capazes de uma vez organizados podem estabelecer as mudanças na identidade das escolas, sistemas de ensino, enfim da própria educação brasileira.

O processo de criação e implantação de políticas voltadas para educação também defronta-se, assim como em outras áreas, com os desafios do mundo contemporâneo, decorrente do processo de globalização, dos avanços tecnológicos, da velocidade e quantidade de informações que tem sido geradas, e que afetam a sociedade mundial. Toda essa multiplicidade gera também um grande impacto no âmbito educacional e, sobretudo desperta nos responsáveis pela Gestão Escolar um novo olhar acerca dos desafios existentes no sentido de correlacionar esse mundo dinâmico com novas formas de educar, que sejam capazes de ao mesmo tempo manter os princípios basilares de formação social sem, no entanto afastar as novas gerações de um processo de desenvolvimento irreversível, cuidando sempre para que o estigma de exclusão educacional não se perpetue.

Nesse contexto, fica claro o papel fundamental que o gestor educacional ocupa dentro de um cenário de constantes mudanças sociais, como afirma Libâneo acerca dos novos desafios da gestão escolar:

A escola de hoje não pode limitar-se a passar informações sobre as matérias, a transmitir o conhecimento do livro didático. Ela é uma síntese entre a cultura experienciada que acontece na cidade, na rua, nas praças, nos pontos de encontro, nos meios de comunicação, na família, no trabalho etc. (2008, p.52).

Compreendemos então, corroborando com o que afirma o autor, que o processo educacional dos tempos atuais é essencialmente dinâmico, com a aplicação de recursos e metodologias que ultrapassam os muros escolares. Nesse aspecto gestor e educador caminham lado a lado para a construção desse novo modelo escolar, desafiador sim, porém possível de ser realizado a exemplo de Nações que graças a essa mudança, de priorizar a educação, passam a ocupar lugar de destaque no cenário mundial a exemplo da Coreia e alguns países do considerado 3º mundo.

Dessa parceria gestor-educador resultam os novos moldes de educação inclusiva, que desperta nos educandos um senso crítico e uma visão de mundo ampla, contextualizada e direcionada para um novo tempo. Porém, tais objetivos só poderão ser alcançados se existir de fato uma Gestão democrática, capaz de uma análise profunda das dificuldades, potencialidades, e, sobretudo das realidades locais.

A capacidade de criação humana coletiva na construção e reconstrução de perspectivas intelectuais que viabilizem a adoção de soluções políticas que

respondam efetivamente às necessidades sociais, objetivando a formação de homens e mulheres íntegros(as) e capazes de auto gerir-se e gerir os destinos da educação e da sociedade (FERREIRA, 1997, p.35).

A afirmação do autor ratifica os pontos de vista apresentados nesse trabalho, quando enfocam a necessidade de integração entre campos distintos, porém correlacionados, da área da educação: Gestor e Educador. Que apesar de encontrarem-se em pontos extremos do processo educativo, devem estar voltados para mesma direção, isto é, a de formação plena de cidadãos capazes de adaptar-se às suas realidades sociais e influenciarem de modo positivo os destinos da Nação.

1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS COM ÊNFASE NA GESTÃO DEMOCRÁTICA

É inegável que as políticas de educação no Brasil tiveram um avanço relevante constitucionalmente na historicidade da educação brasileira, especialmente com relação à gestão escolar que tem a finalidade de democratizar a educação numa perspectiva social, pela qual a sociedade em geral possa participar do processo de formulação e avaliação da política de educação e na fiscalização de sua execução.

Neste contexto, podemos afirmar que uma nova concepção de sociedade ressurgiu na democratização do ensino, na medida em que a participação na definição em torno das políticas públicas não diz respeito só a indivíduos que representam os partidos políticos, mas a todos os cidadãos que lutam por uma educação pública de qualidade, a exemplo do gestor escolar, professores, estudantes, pais, comunidades entre outros.

A afirmação desse contexto poderá ser apreendida a partir dos estudos de Cossio (2006, p.31) ao explicitar que a fundamentação da gestão democrática está portanto:

Na constituição de um espaço público de direito que deve promover condições de igualdade, garantir estrutura material para um serviço de qualidade. Criar um ambiente de trabalho coletivo que vise a superação de um sistema educacional seletivo e excludente, e, ao mesmo tempo em que possibilite a inter-relação deste sistema com a sociedade em geral, com a produção de conhecimento que preparem para a vida e não só para a ascensão na escolarização, que permita a ampliação cultural e o acesso às novas tecnologias e instrumentos comunicacionais, que habilitem os estudantes a terem expectativas de vida digna, de trabalho, de exercício da cidadania .

Conforme nos apontou o autor, a gestão democrática tem um papel muito importante a desenvolver na área educacional, por esse motivo as escolas públicas brasileiras devem seguir os princípios que regem as diretrizes educacionais, para que possam atuar de forma democrática e alcançar os objetivos com resultados significativos na instituição escolar, podemos afirmar que uma delas deve ter como ponto de partida o desejo, o exercício e a participação de maneira incansável de todos que formam o ambiente educacional, assim como dos sujeitos que aspiram um crescimento na escolarização básica do país.

Diante disso, podemos observar que a qualidade na gestão escolar poderá ser atingida na medida em que se consiga o real envolvimento dos sujeitos na ação e a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, como também o indispensável apoio dos governantes, dos políticos, dos administradores do setor público e da sociedade em geral.

Podemos citar alguns dos exemplos positivos de políticas educacionais no Brasil como a criação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9.394/96, em 1996) através desta tem sido possível travar algumas lutas que se consolidaram entre as diferentes forças sociais e, nesse sentido, apresenta-se como um marco relevante para as políticas educacionais no país, bem como, para as políticas de democratização da escola e da gestão escolar. Dentre as principais conquistas das políticas públicas está a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e, por conseguinte, a valorização dos profissionais da educação (FUNDEB), uma vez que a categoria também está inserida na proposta trazendo perspectivas promissoras para o futuro da educação básica no Brasil, aumentando positivamente os recursos destinados para o financiamento da mesma, colaborando para o ampliação de sua oferta e de sua qualidade.

Segundo Ely (2007) os avanços na discussão dos recursos do fundo entre a União tem repercutido iniciativas esperanças da União no financiamento a educação, como o Plano Nacional de Educação (PNE) que tem como meta o desenvolvimento da educação, assim como o MEC que lançou dentro do PNE o programa ProInfância, para cooperação com os municípios, oferecendo assistência técnica e financeira ao aumento da rede infantil.

Como podemos observar a um objetivo e compromisso de todos pela educação, esse processo também faz parte da gestão democrática que é fundamental na construção de uma prática participativa e transformadora na escola.

2. GESTÃO DEMOCRÁTICA PARTICIPATIVA: UM SONHO POSSÍVEL

2.1 PRINCÍPIOS E CARACTERÍSTICAS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARTICIPATIVA

Quando se pensa na gestão democrática participativa no âmbito educacional, não é difícil imaginar o grande desafio de promover uma prática que integre os diversos fazeres educativos nesse modelo de gestão nas instituições escolares, mas acreditamos que é possível a construção da mesma a partir do diálogo, do consenso proporcionado por meio de um envolvimento mútuo dos vários profissionais que atuam na escola e do compromisso na busca de uma transformação no setor educacional.

De acordo com essa idéia, de uma ação conjunta e participativa na ascensão de uma gestão educacional, Lück (2008,p.44) assevera que:

A promoção de uma gestão educacional democrática e participativa está associada ao compartilhamento de responsabilidade no processo de tomada de decisão entre os diversos níveis e segmento de autoridade do sistema de ensino e de escola.

A autora ressalta que para se ter um acesso desejável na gestão democrática e participativa urge integração de todos com respectiva consciência de suas obrigações desde uma esfera mais simples até a mais complexa do sistema educacional, não há como negar que o exercício da gestão participativa, aberta ao diálogo é um requisito fundamental para o comprometimento de uma postura responsável com a educação e os seus resultados, de acordo com essa conjectura, entendemos o porquê do debate acerca da gestão democrática e da participação.

Considerando este compromisso de uma gestão escolar de cunho democrático-participativo, que influísse significativamente no espaço educacional no que diz respeito à tomada de decisão, com o intuito de melhorar a qualidade do ensino, no início da década de 80 emerge no Brasil os conselhos de classe que se configura como uma modalidade de participação bastante disseminada no nosso país a exemplo dos Conselhos de Escola, Colegiados ou Comissões. Quanto a esta questão, Cury (2008, p.60) explicita que, “aos Conselhos Escolares cabe aprofundar

a busca da qualidade dos estabelecimentos e palmear o caminho que vai da comunidade à escola e vise-versa”, ou seja, os membros que participam da administração da escola têm um papel importante no cumprimento de suas funções, procurarem cada vez mais dar condições de funcionamento aos ambientes educativos para que o processo de ensino seja uma realidade com qualidade, e trilharem o percurso que frequenta todos os dias juntamente com escola-comunidade na construção de um plano de ação coletiva.

De acordo com Libâneo (2008, p. 139) a participação denota uma acepção que vai além do fazer parte da gestão escolar, é necessária a atuação de todos que constituem o ambiente educacional e dos que se beneficiam dos mesmos como alunos, pais e comunidade, só assim serão capazes de agir com compromisso e responsabilidade sobre o meio que em convive, compreendendo o verdadeiro significado na gestão com uma visão sócio - crítica. Segundo o autor, a concepção em torno da participação está associada em dois significados, o primeiro corresponde a autonomia da escola que reflete a conquista de todos do setor educacional que passam a interagir com a sociedade civil em outros mecanismos deliberativos da escola, nesse sentido a prática da participação vai sendo vivenciada, os pais, os alunos, os professores passam a ter consciência de que eles são os únicos responsáveis nas decisões que podem ou não favorecer a melhoria da sociedade geral.

Com relação ao segundo significado, podemos apreender que a participação constitui nesse caso as diretrizes que regem a escola, na medida em que é parte integrante das metas para alcançar os resultados estabelecidos nos objetivos da escola e do processo de ensino aprendizagem. É neste contexto, que a gestão participativa deve desenvolver e trilhar a sua função compartilhando valores, conhecimento, aprendizagem e afetividade entre outros requisitos que são indispensáveis na construção de um currículo que visa a participação na vida social.

É com este olhar que buscamos compreender os princípios com base na concepção de gestão democrática participativa, apresentados por Libâneo (2008. p. 141) como elementos importantes para organização da gestão escolar e, sobretudo para democratização da educação.

Vejamos um breve esboço dos pressupostos que emergem para o enfoque

- *Autonomia das escolas e da comunidade educativa*

Recorrendo ao nome autonomia na área educacional não fica difícil de entendermos que ela é o alicerce do sentido democrático-participativo de gestão escolar, uma vez que as ações elaboradas e desenvolvidas no espaço escolar revelam o seu poder de decisão sobre os seus objetivos e suas formas de organização caracterizando sua identidade. No entanto, é importante esclarecermos que a direção escolar deve direcionar seu trabalho efetivando todos os requisitos como o planejamento, a organização, a orientação entre outras funções que devem ser cumpridas, envolvendo todos coletivamente para o andamento da escola.

- *Relações orgânicas entre a direção e a participação dos membros da equipe escolar*

A implicação desse princípio consiste numa postura compromissada e participativa da administração, como também do gestor e a responsabilidade de cada pessoa que faz parte do quadro educativo, no qual o diretor exerce sua função de supervisionar e responsabiliza-se pelo projeto pedagógico-curricular estabelecido pelo grupo escolar, que apresenta à comunidade escolar mais ampla para ser debatido e aprovado as diretrizes orientadoras.

A partir desta referência, o gestor dá início as funções do processo organizacional chamando a responsabilidade de todos no cumprimento de suas tarefas além de expor à avaliação todas as decisões que foram compartilhadas. Essa articulação é fundamental para a construção de uma prática participativa na gestão e vice-versa.

- *Envolvimento da comunidade no processo escolar*

Como podemos observar esse princípio está relacionado a autonomia, por esse motivo demanda uma maior aproximação com todos da comunidade escolar, essencialmente os pais e setores que colaboram com o desenvolvimento da escola bem como institutos. O comparecimento de todos no ambiente escolar tem implicações importantes, em virtude de alguns participarem do conselho escolar, associação de Pais e Mestres e terem conhecimento do quanto o seu envolvimento é significativo para a instituição, uma vez que colaboraram com a construção do projeto pedagógico-curricular e sentem-se responsáveis em observar e analisar o desenvolvimento da mesma com o apoio oferecido.

Essa conscientização é relevante para que possam atuar em esfera mais amplas como sindicatos, movimentos sociais, organizações de bairros entre outros, a contribuição da comunidade escolar nas participações decisórias, ganha maior visibilidade, na medida em que impulsiona os representantes do poder Legislativo a direcionar projetos de lei que beneficiem a educação da sociedade em geral.

- *Planejamento das tarefas*

Esse princípio tem uma função primordial na dimensão educacional, por meio dele delineamos ações pedagógicas e administrativas para atingir os objetivos do espaço educativo, daí a importância de um plano de ação coerente com estratégias, presunção de objetivos, cronograma, classificação de materiais disponíveis, avaliação entre outros. É a partir do planejamento de tarefas que a instituição propõe a discussão e análise com todos da equipe escolar, consolidando as atividades escolares com empenho e dedicação compartilhada.

- *Formação continuada para o desenvolvimento pessoal e profissional dos integrantes da comunidade.*

Para apreender tal princípio acrescentemos o significado democrático-participativo de gestão, que consiste na organização do trabalho escolar, que por sua vez necessita de um constante aperfeiçoamento profissional, político, científico e pedagógico principalmente nas decisões que visam à qualidade do processo de ensino.

A razão desse princípio tem como ponto de partida valorizar o desenvolvimento pessoal, a qualificação profissional e a competência técnica na construção de uma escola de progresso, no qual todos possam avaliar o processo de aprendizagem e os avanços alcançados, numa postura ética participativa das práticas bem sucedidas.

- *Utilização de informações concretas e análise de cada problema em seus múltiplos aspectos, com ampla democratização das informações*

A ação desse princípio contempla a metodologia de gestão fundamentada na realidade dos fatos e na apreciação plena das dificuldades existente no espaço educacional, o sucesso da escola encontra-se atrelado a verificação de informações nos diversos aspectos a exemplo da qualidade da aula, efetivação do programas,

qualificação e experiência dos educadores, a realidade dos alunos assim como a saúde, alimentação e os procedimentos didáticos utilizados nas aulas e etc.. Direcionar um olhar atento no âmbito educacional implica atuar com responsabilidade nas decisões e soluções dos problemas, na democratização da informação.

- *Avaliação compartilhada*

O princípio da avaliação compartilhada se baseia nas relações orgânicas, isso significa que o compromisso é conjunto entre gestor, educador e comunidade, dessa forma todas as decisões, procedimentos organizativos conduzidos no ambiente educacional devem ser acompanhados e avaliados principalmente por causa dos objetivos da escola.

- *Relações humanas produtivas e criativas assentadas na busca dos objetivos*

A relevância desse princípio deve primar pelos laços de afinidades individuais parabenizando o trabalho de cada professor, além disso, a escola tem que se regida pelo respeito, harmonia, diálogo, seriedade e valorização do ser humano.

Com base nessas considerações, reafirmamos que o reconhecimento dos princípios no trabalho educativo é o caminho para a troca de saberes respeitando as diferenças para exercitarmos uma gestão democrática participativa, respaldada no envolvimento e na responsabilidade de todos no resultado da educação.

2.2 DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO VIVENCIADA NO ÂMBITO EDUCACIONAL

Quando falamos democracia e participação logo pensamos na ligação entre esses os dois conceitos como processos associados, dessa forma entendemos como uma ação construtiva no cotidiano escolar, que se fortalece a partir do exercício do diálogo entre as partes, essa vivência desperta em todos que formam a equipe escolar a criação de vínculos cada vez mais intensos que se concretizam na construção de um plano democrático e participativo consensual de ação educativa no dia-a-dia do espaço escolar.

Esta concepção subjaz na proposição de Bordenave (1994, p.8) ao afirmar que, “democracia é um estado de participação”. Conforme este autor, podemos perceber a verdadeira essência da democracia participativa, na medida em que

impulsiona o desejo de todos a estarem inseridos ativamente em um grupo social, no qual se tornam co-responsáveis de sua própria direção e por isso são construtores de perspectivas por uma nova sociedade, da qual se sentem parte. Diante disso, entendemos que a democracia reforça o aprimoramento da convivência humana mediante a participação constante na ação pelo bem comum, na medida em que anseiam os objetivos emancipatórios de cidadania e de autonomia na instituição educacional.

Direcionando este contexto no ambiente educacional Lück (2008) afirma que:

A democracia se expressa como condição fundamental para que a organização escolar se traduza em um coletivo atuante, cujos deveres emanam dele mesmo, a partir de sua maturidade social, e se configuram em sua expressão e identidade, que se renova e se recupera continuamente (p. 56).

Com base na autora podemos observar que um dos requisitos essenciais para a qualidade da organização escolar e o sentimento de expressão de todos que constituem o setor educacional, que se revela em um grupo participativo, pelo qual põe em ação suas obrigações com responsabilidade, através de sua consciência igualitária na dinâmica dos processos educacionais, desse modo se apresentam em suas manifestações imprimindo sua própria marca, que se revigora e se reconstrói consecutivamente a partir de novas determinações que se efetivam na vivência diária no ambiente educativo.

Neste sentido, consideramos que democracia participativa na área educacional resulta das ações mediadas pela convivência humana que se traduz por meio de um consenso democrático, que acontece a partir de um exercício coletivo e participativo, assumindo o comprometimento na construção de uma instituição social que almeja constantemente a melhoria contínua do processo como um todo.

Contudo, acreditamos que o reconhecimento de um clima democrático no contexto educacional é essencial para promover a coletividade em torno da troca do diálogo e cumplicidade que se fazem necessários na convivência da jornada de trabalho, especialmente nas ações que buscam a autonomia da escola como o Projeto político pedagógico que discorreremos no tópico seguinte.

2.3 PPP (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO) UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA

Com o surgimento das políticas públicas, e a necessidade de se traçar novos caminhos e ações a serem desenvolvidos, o projeto político pedagógico passou a fazer parte da organização do trabalho pedagógico da escola. Neste sentido é importante conceituarmos o PPP (Projeto Político Pedagógico) que:

No sentido etimológico, o termo projeto vem do latim *projectu*, participio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante. Plano, intento desígnio. Empresa, empreendimento. Redação provisória de lei. Plano geral de edificação (Ferreira 1975, p.1.144).

Ao conhecermos a definição científica do termo projeto podemos perceber que a construção do PPP é primordial para o bom funcionamento das ações a serem desenvolvidas no cotidiano escolar, uma vez que todas as decisões são tomadas coletivamente, assegurando a organização do trabalho pedagógico das instituições educacionais.

Nesta perspectiva, é relevante conhecermos alguns princípios que norteiam a elaboração do PPP da escola tornando-a um espaço democrático, ou seja, apto a receber a comunidade e garantir a participação de todos os envolvidos. Assim, destacaremos: a igualdade, qualidade, gestão democrática, liberdade e a valorização do magistério. Todos esses princípios são elementos básicos para o desenvolvimento do PPP de acordo com a necessidade de cada localidade. Com base nesses fundamentos Veiga afirma:

A importância desses princípios está em garantir sua operacionalização nas estruturas escolares, pois uma coisa é estar no papel, na legislação, na proposta, no currículo, e outra é estar ocorrendo na dinâmica interna da escola, no real, no concreto (1991, p. 82).

Diante das considerações acima vale destacar que o PPP deve ser elaborado de acordo com as necessidades existentes na escola e de comum acordo com todos os envolvidos, e posto em prática mediante os objetivos almejados. Ressaltamos também que o projeto político pedagógico não se limita a uma única elaboração, pois requer continuidade e mudanças que se fazem necessárias dentro e fora dos muros da escola, uma vez que a mesma deseje refletir suas ações educativas renovando-se para atender a comunidade de forma democrática e autônoma.

Dentro das estruturas organizacionais da escola assim como a elaboração do PPP devemos considerar o papel social que a mesma passa a exercer a partir das metas pré-estabelecidas coletivamente, visando oferecer um ensino de qualidade. Quem nos esclarece melhor a importância desse papel são os autores abaixo:

A função social da escola tem se constituído mais que nunca em objeto de intensos debates por parte de educadores, gestores, pais, alunos e segmentos organizados da sociedade civil. Isso tem feito com que as escolas, secretarias e outras instâncias de gerenciamento do sistema educacional venham revelando, ultimamente, significativa preocupação com a elaboração dos seus projetos pedagógicos (SOUZA; CORRÊA, 2007, p.47).

As instituições educacionais vêm direcionando seu olhar na construção do caminho a seguir para definir as concepções que norteiam o novo papel da escola e suas transformações, e o PPP sendo o plano global da escola é uma forma de responder aos anseios da instituição, dos alunos, sociedade, comunidade e demais membros que fazem parte da democratização e do novo papel social que a escola deve exercer tornando a atual gestão democrática.

Portanto, acreditamos que a gestão da educação hoje deve desenvolver o seu trabalho em torno de uma política participativa que tenha como princípio o envolvimento de todos que formam a equipe escolar e a comunidade como um todo ,com liberdade de expressão a serviço do bem comum no cumprimento de sua função social e seu papel político-administrativo. Segundo Ferreira (2008, p. 304), o verdadeiro sentido da gestão da educação é a emancipação do ser humano que se constrói a partir das ações desenvolvidas na escola a exemplo do PPP que é um dos elementos que possibilitará o aluno ampliar o seu conhecimento através do ensino assegurando com qualidade o processo de ensino aprendizagem.

2.4 AS NOVAS PERSPECTIVAS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARA UM ENSINO DE QUALIDADE

É fácil notar que, à medida que progride a história, mas rápido é o avanço do conhecimento a exemplo da tecnologia e a massificação do seu acesso como também a troca de informações, que traz consigo a necessidade de repensarmos as práticas de gestão desenvolvida nas instituições de educação. O novo mundo que

invade a escola exige dela novas perspectivas em torno da gestão democrática principalmente na construção de um ensino de qualidade, em virtude do enfrentamento dos desafios que a sociedade contemporânea nos coloca.

Esse entendimento traduz a importante tarefa da gestão escolar frente aos novos tempos na contribuição da formação do ser humano. Neste sentido, Ferreira (2006) pontua que:

A gestão da educação compete a direção do processo de organização e o funcionamento de instituições comprometidas com a formação humana de cidadãos brasileiros e cidadãs brasileiras, por meio de um novo conhecimento que *ilumine* as diversas formas democráticas de condução do processo educacional (p.104).

De acordo com a autora, podemos observar os desafios e compromissos da gestão democrática em construir uma prática social associada à prática pedagógica de qualidade, que vise a emancipação do ser humano fundamentada numa visão de educação que assegure a preparação técnica, científica e social garantindo o direito a uma educação de qualidade.

Como vemos a gestão democrática tem um longo caminho a percorrer no espaço educativo começando com a incorporação de novas práticas de gestão, por meio da participação de todos que formam a escola na busca do desenvolvimento e aperfeiçoamento da qualidade do ensino. Essa mobilização é imprescindível para conseguirmos consolidar os objetivos educacionais estabelecidos no currículo escolar, ampliando cada vez mais as potencialidades dos alunos possibilitando assim a participação destes na utilização das realidades técnicas do mundo globalizado. Baseado nos estudos do pesquisador Sander (2009, p. 84), asseveramos que gestão democrática tem a missão de dedicar-se inteiramente na busca de métodos adequados para que venham suprimir os déficits da escola atual em torno da precariedade do ensino, com ações que viabilizem as propostas pedagógicas que convergem para os objetivos de uma educação de qualidade para todos com total igualdade de direitos nas instituições escolares.

Neste sentido, compreendemos que a democratização do processo acerca da qualidade do ensino não se dá à margem de inovações do currículo, das atuações pedagógicas desenvolvidas em salas de aulas, das práticas de organização principalmente de gestão nas instituições, daí a importância de estimular todos que constitui a equipe escolar para participar de forma mais intensa

nas articulações do projeto político pedagógico e dos eventos realizados no ambiente educativo em prol da melhoria dos processos de aprendizagens dos educandos e comprometimento com uma educação de qualidade.

Reafirmando este compromisso sobre a relevância da qualidade social do ensino nas instituições escolares, Libâneo (2008) afirmar que:

Educação de qualidade é aquela que promove *para todos* o domínio de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas, operativas e sociais necessários ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos, à inserção no mundo do trabalho, à constituição da cidadania, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (p. 66).

Com base no autor, é possível percebermos que educação de qualidade é aquela que prepara os alunos a elevarem os seus conhecimentos nas diversas competências ajudando os mesmos a fazerem uso do seu saber para que possam operar e interferir na sua realidade, compartilhando dos progressos que emanam da sociedade atual. Nesta perspectiva, consideramos que a gestão escolar é um instrumento de transformação para promover melhorias na qualidade do ensino, na medida em que trabalha unido com todos do setor educacional visando estabelecer metas para obter resultados significativos do processo de ensino aprendizagem.

Em suma, é importante frisar que essa conscientização em prol da qualidade do ensino deve ser uma busca permanente de todos que trabalham nas instituições de educação respaldada num desenvolvimento participativo e democrático.

3. UM OLHAR SOBRE O PAPEL DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA

3.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS DA PESQUISA

O referido trabalho teve um caráter voltado para a pesquisa bibliográfica, onde procuramos enfatizar através do estudo detalhado de diversos autores que discutem as políticas educacionais no Brasil, a prática da gestão democrática na escola pública.

Neste sentido, consideramos que atingimos nosso objetivo, na medida em que conseguimos fazer um levantamento teórico sobre a gestão no contexto educacional e vislumbramos essa relevância para o debate baseado em alguns autores que nos trazem contribuições e concepções que norteiam todo o desenvolvimento teórico desta pesquisa. Avaliamos que, através desta pesquisa, tivemos a oportunidade de refletirmos sobre o tema e sua contemporaneidade no atual processo de amadurecimento democrático participativo no cenário brasileiro e seu valor na educação.

3.2 O PAPEL SOCIAL DA ESCOLA

No que concerne o papel social da escola, cabe evidenciar que por muito tempo a mesma permaneceu esquecida pelas políticas educacionais brasileiras, principalmente sobre o enfoque na gestão escolar. O debate em torno da educação só ganhou evidência a partir dos anos noventa, quando surge a necessidade de redimensionar um novo olhar sobre sua função política e social na formação da cidadania, uma vez que a escola constitui um espaço de relações humanas que é construído a partir da convivência social em que se expressa a cidadania.

Considerando a importância desse espaço não apenas de convivência e socialização, mas como prática para disseminação do saber, Vieira (2008, p. 130) afirma que, “a escola surge da necessidade que se tem de transmitir o saber acumulado pela sociedade”. Ou seja, podemos compreender mediante a afirmativa da autora, que a escola é um lugar que também se esconde os interesses

antagônicos de uma dada sociedade, essa por sua vez acaba transmitindo dependências sociopolíticas que revelam os diversos níveis de classes sociais existentes na sociedade contemporânea.

Neste contexto, é importante acentuarmos a relevância das tendências pedagógicas no Brasil, que foi um fator predominante nas reflexões sobre a função social da escola que derivaram diversas compreensões sobre o seu papel, bem como sua função política e social na construção da cidadania. Diante disso, tomemos como base os estudos do pesquisador Libâneo (1986) que traz para o debate a escola na perspectivas das tendências pedagógicas que se originaram em diferentes conjunturas na sociedade. Na pedagogia liberal (“tendência liberal tradicional”) a escola tem que cumprir sua função enquanto mediadora da cultura e do conhecimento, cabendo para si a responsabilidade de desenvolver nos alunos a competência cognitiva e princípios de ordem moral para que possam aspirar um lugar na sociedade, seu papel está pautado com a cultura, ficando a cargo da sociedade os problemas sociais.

Diante das mudanças a escola é obrigada a se adequar em meio a nova realidade, como sucedeu com a escolanovismo (“tendência liberal renovada progressista”) compreendido como um processo ativo a educação, compete a escola refletir a vida, procurando inteirar os conhecimento do aluno no processo ativo entre as estruturas intelectuais e do ambiente, possibilitando os mesmo educarem-se com métodos que favoreçam a construção e reconstrução sobre o meio que os cercam. Na modelo tecnicismo (“tendência liberal tecnicista”) a escola é concebida como um exemplo de conduta, isto significa que sua função se norteia para o mercado do trabalho, devendo produzir indivíduos adequados, eficientes e habilidosos com conhecimentos específicos para operarem na máquina do sistema social com pleno domínio de suas aquisições.

No que tange a pedagogia progressista, encontramos também distintas compreensões acerca da escola com rumos que enfatizam a transformação na individualidade do aluno, em um sentido libertário (“tendência libertária progressista”). Nesse mesmo contexto, a escola também é chamada a promover uma transformação social através do ensino, na medida em que transmitem os conhecimentos universais para superarem as desigualdades sociais existentes no mundo globalizado. (“tendência progressista crítico-social dos conteúdos”). Nessa perspectiva, podemos observar que a função da escola se baseia em instruir os

alunos por meio dos conteúdos sistematizados para que possam atuar de forma participativa na democratização de uma sociedade mais justa e igualitária.

A reflexão em torno dessas tendências, torna-se importante para o enfoque, pois emergiram em um momento crítico da educação e por isso passaram a ocupar um lugar de destaque no panorama educacional entre a década de oitenta e noventa. No entanto, novas perspectivas surgem na sociedade, e a discussão sobre o papel social da escola passa a ser também travada no campo da didática, em que algumas considerações foram feitas e novos aportes acrescentados sobre a função social da escola, este tema não pode estar omissas as reflexões no cenário das políticas educacionais.

Conforme os estudos de Vieira (2008, p. 136), aos poucos a escola começa aparecer na agenda das políticas públicas, no ano de 1993 uma ênfase relevante é assentada sobre a escola, o Plano Decenal de Educação para Todos abre um processo de discussão para ser conduzido a milhares de escolas, o Ministro da Educação da época Murilo Hingel, ressalta a relevância de todas as instâncias se envolverem em prol da melhoria do ensino reconhecendo a escola como um lugar de cidadania, na busca de construir uma educação básica de qualidade no país. O fator importante nessa caminhada foi o estudo realizado pelo Centro de Pesquisas para Educação e Cultura (CENPC) que apresentou a experiência de 16 escolas brasileiras envolvidas em atuações educativas em torno do progresso e qualidade do ensino dos alunos, como resultado dessas experiências foi desenvolvido o projeto “Raízes e Asas” lançado em 1994 em kit com três programas de vídeo patrocinado pela UNICEF e o Banco Itaú, em que um dos fascículos tem como tema a “função social da escola”.

Outro ponto interessante a ser destacado ainda é que na Conferência Nacional de Educação para todos em 1994, o debate sobre a escola ainda continua em pauta, em virtude do Plano Decenal nas escolas, que apontou a relevância de analisar com atenção e cuidado os mecanismos de gestão escolar, a fim de torná-la verdadeiramente um subsídio significativo na formação educativa do ser humano. Na reunião que precedeu ao evento é efetivado um mural sobre “Projeto Pedagógico da Escola” que aborda diversos aspectos referentes à temática, o documento transcreve os acontecimentos colocando novamente o enfoque sobre a construção do “Projeto Político Pedagógico” das escolas como uma ação fundamental na descentralização do poder como também um ato importante na democratização do

processo de tomada de decisões, em que o ato pedagógico implica na autonomia e na gestão democrática da escola. O foco da escola também é mencionado em alguns dispositivos da LDB no (Art. 12) que retrata sobre os estabelecimentos de ensino, assim como a autonomia escolar e referida (Art. 14).

Como vemos, a escola foi paulatinamente configurando-se em um foco importante no cenário da política educacional, isto significa que ela tem um papel primordial na construção da cidadania e no desenvolvimento educacional de todas as classes indistintamente, desse modo traduz o quanto a gestão escolar é fundamental para consolidar na prática esta função política e social nas instituições escolares.

Reconhecendo a escola como espaço de democratização e a importâncias da gestão na busca de uma escola cidadã Bordignon e Gracindo (2008) asseveram que:

A gestão da “escola cidadã” requer a reconstrução do paradigma de gestão, para além da cidadania positivista, radicado na especificidade do ato pedagógico, essencialmente dialético, dialógico, intersubjetivo, o que implica em agir na especificidade das organizações educacionais, colocando a construção da cidadania e a questão da autonomia, ambos como processos indissociáveis e pré-requisitos para o resgate da escola pública de qualidade (p. 163).

Diante das colocações explicitadas pelos autores, podemos apreender que repensar o modelo de gestão desenvolvida na instituição educacional é fundamental para a construção de uma escola que objetiva a cidadania, tendo como fundamento a essência da ação política pedagógica respaldada no respeito democráticos de gestão, nas decisões tomadas coletivamente e na dinamicidade de novas práticas educacionais como um processo eminentemente pedagógico, que envolve a cidadania e a autonomia como atitudes integradas na edificação de uma escola pública de qualidade. Em síntese, reafirmamos que direcionar um olhar sobre a gestão da educação com princípios políticos é o caminho para promover um ensino que desperte o senso crítico e a cidadania em todos os cidadãos brasileiros para a construção de um mundo mais justo e humano.

3.3 AUTONOMIA E GESTÃO ESCOLAR

Para começamos a falar de autonomia, consideramos imprescindível discutir sobre sua relevância no cotidiano da gestão escolar. Isso porque acreditamos que a autonomia é a pedra angular da compreensão democrático-participativa de gestão escolar, uma vez que exprime o principal motivo da existência do projeto pedagógico-curricular da escola, nas decisões que são facultadas por cada um que compõe a instituição educacional, bem como da comunidade escolar, isto significa que, a prática de autonomia na gestão escolar é um processo que se constrói cotidianamente no espaço educativo com o engajamento de todos na superação das dificuldades que emergem na jornada do trabalho educativo.

Reforçando o sentido de autonomia no contexto educacional, nas ações que regem a prática de gestão na rotina diária escolar como eixo para o desenvolvimento do processo educativo, Bordignon (1993, 156) explicita que, “É preciso ter presente que o processo educativo se realiza na sala de aula, não nos gabinetes burocráticos. É na escola que se realiza o projeto pedagógico. É lá que se concretizam as políticas públicas”. Nesse contexto, podemos afirmar que autonomia de uma instituição é o resultado de sua ação política pedagógica, diante de seu planejamento compartilhado nas estratégias pedagógicas que promovem o andamento de todo o processo pré- estabelecido como prova de seu compromisso sócio educativo.

Sobre essa mesma perspectiva Bordignon e Grancido (2008) afirmam que, “a autonomia só é verdadeira e duradoura quando conquistada. As leis são, por natureza, conservadora. A ação é que deve ser inovadora, criando o ambiente para as leis avançarem”. Mediante a afirmativa dos autores podemos apreender que a autonomia na unidade educacional deve ser uma busca constante na atuação da escola, para que possa realmente ser validada, a partir do trabalho criativo e dinâmico desenvolvido na sala de aula, cujas iniciativas revelam a responsabilidade e o compromisso de todos com a educação, para que então os representantes da esfera política reconheçam o progresso e se espelhem tomando iniciativas relacionadas à criação de leis que favoreçam o crescimento educacional do nosso país.

Refletindo a importância da autonomia na escola como prática para a melhoria do desenvolvimento na educação, Barroso (2006) assevera que:

A autonomia das escolas não constitui, portanto, um fim em si mesma, mas um meio de a escola realizar, em melhores condições, as suas finalidades, que são, como se sabe, mas convém lembrar, a formação das crianças e dos jovens que freqüentam as nossas escolas (p. 18)

Segundo o autor, a autonomia desenvolvida no contexto escolar não pode ser resumida a questões relativas ao bom funcionamento da função administrativa, mas sim um caminho para direcionar novos horizontes na construção de um trabalho conjunto com o sistema maior que são os órgãos superiores a exemplo das Secretarias de Educação (estadual e municipal) e o MEC, que conduz as diretrizes do setor educacional do Brasil, para que possa cada vez mais obter resultados significativos no processo de ensino aprendizagem dos alunos que freqüentam as escolas públicas, isto implica dizer que se a autonomia etimologicamente está ligada ao conceito de autogoverno, podemos afirmar que o gestor escolar com a equipe docente e discente deve buscar sempre as melhores condições para atingir um ensino de qualidade.

Convém sublinhar, que a escola recebe recursos financeiros para o seu funcionamento, o que a torna autônoma para administrar e realizar as ações educativas de acordo com sua realidade, no entanto, isso não é suficiente para que a mesma tenha sua autonomia decretada, como mencionamos no início da discussão, que ela se firma com a interação de todos que formam a equipe escolar e a comunidade como também dos diferentes órgãos de gestão pública.

Desse modo, é proeminente ressaltar que no espaço educacional a autonomia provém de um processo coletivo e participativo, uma vez que as decisões devem ser compartilhadas e com o comprometimento de todos, buscando superar as barreiras assumindo as responsabilidades, considerando a escola como a expressão da unidade social e política, por isso a autonomia na gestão democrática da escola é um fator determinante para a qualidade da educação, que ajuda a construir indivíduos críticos e criativos, preparados para o pleno exercício da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procuramos mostrar o quanto a gestão democrática na escola pública é importante, como também as políticas públicas voltadas para a educação.

Tecemos nossa compreensão, a partir de três focos eminentes desenvolvidos no estudo: o primeiro se refere as concepções históricas das políticas públicas em torno da gestão democrática e as novas perspectivas frente aos novos tempos, desafios e compromissos; o segundo diz respeito a gestão democrática participativa como um sonho possível no ambiente escolar, respaldada em princípios como democracia, participação, vivência, construção coletiva e ensino de qualidade. Por fim, discorremos a respeito do papel da gestão democrática participativa na escola, internalizando sua função social e a autonomia na gestão escolar.

No que concernem as políticas públicas em torno da gestão democrática no panorama brasileiro, ficou claro que o debate acerca desse tema deve ser uma luta constante para que realmente alcancemos uma educação que tenha como princípio o desenvolvimento pleno do ser humano e sua inserção social no mundo globalizado, esse objetivo deve ser um compromisso de todos pela educação e a gestão democrática é essencial na construção de uma prática participativa e transformadora na escola.

Podemos afirmar que no Brasil a década de noventa representou um marco positivo, pois a gestão educacional tornou-se um enfoque importante a ser discutido acerca das políticas públicas deixando de lado a visão limitada, direcionando a gestão escolar a um novo patamar em que a responsabilidade para estabelecer as mudanças na identidade da escola e sistema de ensino, passam a ser predominantes e sobretudo contextualizadas com suas próprias realidades. Nessa mesma década torna-se mais evidente a manifestação do Estado para a aplicação das Leis estabelecidas na Constituição Federal através de ações de gestão e organização educacional.

Sob nosso ponto de vista, no mundo contemporâneo a escolarização se impõe a todos os indivíduos como uma necessidade para própria sobrevivência, dessa forma a gestão democrática é um meio de transformação para uma educação mais centrada nas necessidades da escola e da comunidade escolar em geral. Isto

significa a incorporação de novas práticas de gestão que viabilize a qualidade do ensino contemplando a preparação técnica, científica e social, para que todos possam desfrutar dos benefícios da sociedade.

Neste estudo abordamos a gestão democrática participativa como uma realidade, que pode ser tornar um sonho possível no espaço escolar, acreditamos numa política que pode e deve ser articulada na escola, que tenha como compromisso o envolvimento não apenas dos que formam a equipe escolar, mas de toda a comunidade na busca de um resultado significativo na educação. Reconhecer que podemos desenvolver um trabalho educativo, é o caminho para sociabilizarmos as ações educativas que visam a construção de um sentido de cidadania através da autonomia da escola, do Projeto Político Pedagógico que assegure e legitime a razão da gestão democrática como fonte de construção de um saber generalizado.

Em relação ao terceiro ponto que enfatiza um olhar sobre o papel da gestão democrática na escola com ênfase na função social e na autonomia, também ficou claro que devemos reconhecer, de fato, que a escola é um lugar que representa a cidadania de todas as classes indistintamente, por isso deve cumprir sua função social, que é contribuir com a melhoria do ensino e assim construindo verdadeiramente uma educação de qualidade.

Concluimos o presente estudo com a firme convicção de que o processo de gestão educacional relacionado às políticas públicas deve ser um alvo permanente de pesquisa, análise e construção de saberes pois entendemos que apenas através destes é possível direcionar ações verdadeiramente significativas que façam da educação o alicerce imprescindível para a construção de uma sociedade mais justa e melhor. Ressaltamos também que a realização desse trabalho foi de grande contribuição para nossa realização profissional e pessoal, uma vez que acrescentou à nossa experiência em educação um novo olhar que possibilite atitudes focadas na melhoria permanente de processos educativos, bem como meios de gestão democrática e participativa.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. O Estado, A Política Educacional e a Regulação do Setor Educacional no Brasil: Uma Abordagem Histórica. In: FERREIRO, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela da S. (Orgs.). **Gestão da educação**. Impasses, perspectivas e compromissos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BORDENAVE, J. **O que é participação**. 8ª ed. São Paulo: Braziliense, 1994.

BORDIGNON, Genuíno e GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão da Escola: o município e a escola. In: FERREIRO, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela da S. (Orgs.). **Gestão da educação**. Impasses, perspectivas e compromissos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BORDIGNON, Genuíno. Gestão Democrática do Sistema Municipal de Educação. In: GADOTTI, M. & ROMÃO, J. E. (Orgs.). **Município e Educação**. São Paulo: Cortez, 1993, p.135-175.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília: DF, dez. 1996

COSSIO, Maria de Fatima. Gestão democrática da educação: Retórica política ou prática possível. In: CAMARGO, Ieda de. (Org.). **Gestão e políticas da educação**. Santa Cruz: EDUNIS, 2006.

ELY, Rafael Cristiano. Fundeb amplia financiamento. **Revista Criança**. Brasília: nº 44, p. 34-37, novembro de 2007.

FERREIRO, Naura Syria Carapeto; (Org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: Revista Ampliada, MF Livros, 2008.

_____. **“Tendências pedagógicas na prática escolar”**: democratização da escola pública. São Paulo: Loyola, 1986.

LUCK, Heloísa. **Gestão educacional**: uma questão de paradigmática. 4. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008 (Série Cadernos de Gestão).

_____. **A gestão participativa na escola**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008 (Cadernos de Gestão).

SANDER, Benno. **Política, gestão e qualidade de ensino**. In: Bezerra, Moura Costa (Orgs.)...[et. All]. Brasília: Líber livro, 2009, p.85-95.

VIEIRA, Sofia Lerche. Escola – Função Social, Gestão e Política Educacional. In: FERREIRO, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela da S. (Orgs.). **Gestão da educação**. Impasses, perspectivas e compromissos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008, p.129-144.